

A impossibilidade da eleição direta

TEM razão o Senador Aloysio Chaves, líder do Governo no Senado, quando adverte que a colocação na ordem do dia para votação da emenda Teodoro Mendes é uma "questão militar". Se houvesse dúvidas a respeito, a audiência dada ao presidente do Senado, Sr. Moacyr Dalla, pelo Ministro do Exército, as terá dissipado. Por isso mesmo o Sr Dalla não irá resolver o assunto "com uma penada" e passou a examinar, em consciência, sua responsabilidade na prática de um ato sem que antes examine não só seus aspectos jurídicos como sua incidência sobre a situação política do país.

Não cabe aqui discutir teses jurídicas, mas identificar fatos. A eleição indireta, na sucessão do Presidente Figueiredo, é dogma inscrito na estratégia de abertura traçada pelo Chefe do Governo em comum acordo com o Alto Comando das Forças Armadas. Pessoalmente, o Presidente teve oportunidade de declarar-se favorável à eleição direta mas advertindo que não poderia adotá-la já, embora propusesse ao Congresso sua implantação para 1988 num projeto de emenda constitucional que o Congresso perdeu a oportunidade de aperfeiçoar e votar movido pela ilusão de que o impulso da opinião pública seria suficiente para modificar o temperamento do Presidente e a firme decisão dos comandos militares.

O drama que está vivendo o presidente do Senado, à semelhança do que ocorreu no caso de um decreto-lei salarial com o falecido Senador Nilo Coelho, deverá evoluir de maneira diferente pois o Sr Moacyr Dalla está pesando sua responsabilidade diante da inevitável reação militar e da fragilidade do esquema parlamentar do Governo, pendente de um voto para assegurar no Senado a rejeição da emenda da eleição direta. O Ministro da Justiça já admitiu que o Governo não tem apoio de mais de um terço das duas Casas do Congresso para bloquear a votação da emenda.

O Governador de Pernambuco manifestou preocupação de que partidários da candidatura do Sr Paulo Maluf estejam alimentando uma dilação do processo de tramitação da emenda para quebrar a confiança das forças que apóiam seu adversário. Outros políticos da Frente Liberal admitem que a adoção da eleição direta tumultuaria a organização do novo partido e reajustaria o PDS na procura de unidade em torno de uma nova candidatura. Enfim, o que está feito seria dado como não feito e eliminada a disputa atual entre o deputado paulista e o ex-Governador de Minas.

São especulações, evidentemente. Mas que refletem a apreensão política com o desenrolar de um episódio que poderá dramatizar nos próximos dias a sucessão presidencial senão o próprio processo de abertura, pendente de condições das quais os militares não abrem mão. Os militares não têm candidato e se dispõem a dar posse ao que vencer. Mas não aceitam para esta sucessão a eleição direta assim como não admitiram, juntamente com o Presidente, a legalização do Partido Comunista, que poderá ser consentida ou não pelo futuro Presidente, o qual terá sua própria estratégia.

Há, portanto, uma ameaça concreta, identificada por políticos responsáveis como o Ministro Leitão de Abreu, o líder Aloysio Chaves e o ex-Governador Magalhães Pinto, de que a aparente estabilidade política do país seja quebrada por uma decisão emocional do Congresso. O presidente Moacyr Dalla já deu, aliás, indicação de que não incluirá a Emenda Theodoro Mendes na ordem do dia. Ele tem bons argumentos jurídicos para fazê-lo, embora contrariando a vontade da grande maioria do país e dos políticos. Mas tem sobretudo um argumento especial que lhe foi fornecido pelo Ministro do Exército, na suposição de que o presidente do Senado ignorasse as normas estratégicas do processo atual de abertura política. Ele pode não decidir quarta-feira. Mais cedo ou mais tarde, porém, ele indeferirá o pedido das lideranças da oposição inconformada mas impotente para alterar uma realidade que se sobrepõe ao seu poder de decisão.

A informática

O projeto da SEI sobre informática será provavelmente aprovado com o voto da maioria da oposição e de um setor limitado da bancada governista. Mas a campanha da imprensa e do Ministério das Comunicações — revelando profunda divergência dentro do Governo — esclareceu o Congresso sobre a "abrangência do projeto" e seus riscos em relação ao controle por órgãos militares da informação política e da autonomia do parque industrial no qual a digitação tem lugar crescente. O projeto, como adiantou o líder Freitas Nobre, do PMDB, será aprovado, mas será aperfeiçoado para eliminar os riscos nele implícitos. O Congresso quer a reserva de mercado.

CARLOS CASTELLO BRANCO